

Senadores condenam o 'terrorismo' de Ulysses

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Pelo menos dois senadores do PMDB — Itamar Franco (MG) e Fábio Lucena (AM) — acusaram ontem o presidente nacional do partido, Ulysses Guimarães, de "fazer terrorismo" no apelo que fez à bancada peemedebista do Senado para que votasse a emenda da Constituinte com a supressão da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", referindo-se à transformação do novo Congresso em Assembleia Constituinte. Por 11 votos contra seis, a bancada concordou.

O presidente do PMDB, com os líderes Fernando Henrique Cardoso e Pimenta da Veiga, compareceu à reunião da bancada do PMDB no Senado, apelando para que não deixassem de votar a emenda da Constituinte e a mudança apoiada pela bancada do PMDB na Câmara. Segundo depoimentos de Fábio Lucena e Itamar Franco, o presidente do PMDB e da Câmara "foi catastrófico", afirmando que as instituições seriam desestabilizadas se o Congresso não votasse a emenda de convocação da Assembleia Constituinte.

A direção do PMDB procurou mostrar à bancada do Senado que deixando de votar a proposta de Sarney da Constituinte o partido sofreria enorme desgaste perante a opinião pública, "cedendo a histórica bandeira ao PT e ao PDT".

O próprio vice-líder do partido, senador Hélio Guelros (PA), colocou-se contra a proposta do vice-líder pedessista Bonifácio de Andrada (MG), de suprimir do artigo 1º do substitutivo Giavarina a expressão que poderia impedir o funcionamento simultâneo da Câmara, do Senado, do Congresso e da Assembleia Constituinte. Guelros votou contra o apelo de Ulysses, acompanhado dos senadores Itamar Franco, Fábio Lucena,

Marcelo Miranda (MS), Saldanha Derzi (MS) e Roberto Wypych (PR) — suplente de Afonso Camargo.

Por volta do meio-dia de ontem, muitos senadores que se mostravam dispostos até mesmo a não votar a emenda constituinte no segundo turno, evitando o quórum qualificado de dois terços, tinham mudado de posição, como Cid Sampaio (PE), Alfredo Campos (MG), Enéas Farias (PR), Álvaro Dias (PR), Mário Maia (AC) e outros.

Itamar Franco e Fábio Lucena não desistiram, procurando apoio no PDS e no PFL. Alguns senadores do PFL não resistiram por muito tempo, apesar da veemência inicial do senador Marcondes Gadelha (PB). Depois de concordar com a mudança, o senador Alfredo Campos disse a Ulysses Guimarães que o Planalto deveria procurar demover, também, a bancada do PFL, começando pelo líder Carlos Chiarelli. O senador mineiro alertou o presidente do Partido de que, de ora em diante, a bancada do PMDB no Senado não mais aceitará "pacotinhos" feitos pela Presidência e pela liderança do governo na Câmara sem prévia discussão.

"Vocês ouvem todo o mundo — a CUT, a Conclat, a CNBB, menos o Senado" —, disse Hélio Guelros a Ulysses e a Pimenta da Veiga.

À tarde, Ulysses e José Fragelli, presidente do Senado e do Congresso, reuniram-se com os líderes do PMDB e do PFL na Câmara e no Senado. Ficou decidido que as lideranças da Aliança Democrática fariam declaração de voto em plenário, esclarecendo que a Câmara e o Senado não perderiam nenhuma de suas atribuições constitucionais, já que, enquanto não for votada e promulgada a nova carta, continuará em vigor a atual Constituição. Aparentemente, a rebelião dos senadores estava dominada.